



## Ecosocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, auto-gestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável

### Urban Ecosocioeconomics: socio-productive arrangements, community self-management and sustainable territorial development

*Carlos Alberto Cioce Sampaio* - Professor dos PPG em Desenvolvimento Regional/FURB, em Gestão Ambiental/UP e Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR. Pesquisador P&Q/CNPq. Pós-Doutor em Ciências Ambientais. Email: carlos.cioce@gmail.com

*Mario Procopiuck* - Professor do PPG em Gestão Urbana/PUCPR. Doutor em Gestão Urbana. Email: procopiuck@gmail.com

*Isabel Jurema Grimm* - Professora do PPG em Governança e Sustentabilidade/ISAE. Email: isabelgrimm@gmail.com

*Schirlei Mari Freder* - Doutoranda no PPG em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Email: schirlei.freder2@gmail.com

*Francisca de Paula Santos da Silva* - Professora do PPG em Educação e DMMD/UNEB. Doutora em Educação. Email: fcapaula@gmail.com

*Silvio Lima Figueiredo* - Professor do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. Doutor em Comunicação. Pesquisador do CNPq. Email: silviolimafigueiredo@gmail.com

#### Resumo

As disparidades socioeconômicas observáveis em todas as regiões do planeta convergiram em uma crise civilizatória em que a existência passa a ser orientada por uma lógica parametrizada pela acumulação e reprodução ampliada do capital. Este estudo traz ao debate novas práticas sociais assentes na reprodução social advinda de iniciativas independentes e relativamente bem-sucedidas que apontam caminhos inovadores a partir do conceito de ecosocioeconomias para captar a gênese das experimentações do cotidiano das cidades. Esta pesquisa é qualitativa, descritiva, interpretativa e abrange três casos de diferentes regiões do país: no sul, as experiências das feiras livres; no norte, o turismo de base comunitária; e no nordeste, os coletivos culturais. Eles mostram a representatividade de economias comunitárias e arranjos socioprodutivos de base territorial.

#### Palavras-chave

Ecosocioeconomia urbana. Governança multinível. Desenvolvimento territorial. Turismo de base comunitária. Coletivos culturais.

#### Abstract

The social and economic disparities observed in all regions of the world have converged in a civilization crisis in which the very existence of the present day is guided by a logic parameterized by the accumulation and amplified reproduction of capital. The present study brings to the debate new social practices based on social reproduction from independent and relatively successful initiatives that point to innovative paths based on the concept of ecosocioeconomies to capture the genesis of experimentation of everyday life in cities. The research is qualitative, descriptive, and interpretive, covering three cases from different regions of the country: in the south, the experiences of the free fairs; in the north, community-based tourism; and in the northeast, cultural collectives. These experiences show the representativeness of community economies and socio-productive arrangements with a territorial basis.

#### Keywords

Urban ecosocioeconomics. Multilevel governance. Territorial development. Community based tourism. Cultural collectives.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A década de 1970 representa o marco em que se ultrapassou a capacidade de suporte/regulação do ambiente natural, com a explosão da população mundial, da produção e do consumo de massas surgindo como os principais causadores e agravantes da crise ambiental para pôr em questão nações e modelos de desenvolvimento. O reflexo disso foi, por um lado, foi o surgimento do que chamamos de “crise”, que se agrava principalmente pela estratégia hegemônica de desenvolvimento mantido pelo atual padrão de exploração dos recursos e põe em xeque a resiliência, a capacidade de regeneração de recursos e absorção de resíduos. Entretanto, por outro lado, como reação à insustentabilidade desse modelo desenvolvimentista emergem com força e com promissoras derivações propostas e alternativas ecossocioeconômicas.

Neste contexto, surgem as experiências ecossocioeconômicas passíveis de serem compreendidas como alternativas, ainda que estejam mais correlacionadas com movimentos de resistência ao sistema capitalista. As ecossocioeconomias possuem caráter paradigmático, com racionalidade própria, são voltadas para superar um conjunto de valores decadentes, muitas vezes hegemônicos, e são de cariz mais pragmático, como Ignacy Sachs (2007) se refere à necessidade de se construir uma enciclopédia do cotidiano, de modo que possa estabelecer uma transitoriedade entre o decadente e um novo paradigma.

Pela natureza edificante a partir do mundo da vida, quanto maior a capacidade de realização e de retroalimentação dessas ecossocioeconomias, maiores são as possibilidades de superarem o status de meras iniciativas louváveis, intituladas boas práticas. Boas práticas estão, pois, sujeitas a serem descontinuadas em razão de normalmente serem criadas a partir de voluntarismo espontâneo, não sistêmico, que fragmentam a problemática que se deseja resolver para, conseqüentemente, se desfalecerem em um reducionismo contextual.

Da mesma maneira que a economia de mercado possui seus limites como alternativa de organização da vida, e assim não atendendo a todas as visões de mundo, as experiências ecossocioeconômicas em curso não indicam resultados diferentes por não se pretenderem totalitárias. Essas experiências visam apresentar ao debate a perspectiva de novas práticas sociais que remetem à reprodução social a partir de iniciativas independentes e relativamente bem-sucedidas, que seguem na contramão da lógica vigente e apontam caminhos alternativos a partir do conceito de “ecossocioeconomias”, a exemplo dos três casos aqui investigados à luz da ecossocioeconomia urbana em diferentes regiões do país: no Sul, as experiências das feiras livres; no Norte, o turismo de base comunitária; e no Nordeste, os coletivos culturais.

<sup>1</sup> Estudo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), edital Socioeconômico, projeto Ecossocioeconomia Urbana.

## 1 ECOSOCIOECONOMIAS URBANAS

Estudos sobre ecosocioeconomias são emergentes. Sachs (2007) enuncia que as primeiras pesquisas que se aproximaram de tal tema surgiram na obra seminal de Karl William Kapp, “*The Social Costsof Private Enterprise*” (os custos sociais da empresa privada). Escrito originalmente em 1950, o livro aborda as relações entre a economia e o meio ambiente sob perspectiva inovadora para aquela época, situando a economia capitalista como a “economia de custos não pagos” em que os custos sociais seriam característica intrínseca e necessária ao funcionamento das economias baseadas no lucro (KAPP, 1963).

Os custos sociais, a partir da acepção de Karl William, abrangem os custos da poluição ambiental; o esgotamento dos recursos não renováveis e a exaustão dos recursos renováveis; o congestionamento urbano; a deterioração das condições de trabalho, acidentes e doenças profissionais. Ainda, analisa mais detidamente as repercussões das mudanças tecnológicas, os custos sociais relacionados com o excesso de capacidade produtiva no setor dos transportes e do comércio, os impostos pagos pelo sistema de patentes, o excesso de concentração industrial, a errônea localização dos complexos industriais, e obsolescência programada dos produtos. Em sua análise, destaca o sacrifício do bemestar das pessoas ditado pelos ritmos, interesses e exigências do mecanismo econômico, acrescidos de uma variedade de riscos e incertezas que passavam a pairar sobre a sociedade (KAPP, 1963, p. 185).

A insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento então vigentes causaram a mudança climática como risco produzido ou fabricado (BECK, 2000), e ligado às atividades produtivas humanas. As graves consequências de tal risco se fazem ver no aumento da frequência e intensidade dos eventos extremos, anteriormente considerados como eventos naturais, com graves consequências econômicas, sociais e ambientais que a sociedade não está preparada para seu enfrentamento. É dentro desse cenário que o conceito de ecosocioeconomias se associa a experiências territoriais contemporâneas e aparece como uma concepção pragmática em que experimentações surgem com diferentes gêneses para se constituírem em alternativas de soluções engenhosas a partir de tecnologias apropriadas ao local e de arranjos institucionais socioprodutivos. Essas experiências podem ser caracterizadas tanto como mitigadoras quanto adaptativas, por exemplo, no caso das mudanças climáticas.

As ecosocioeconomias privilegiariam portanto quatro dimensões: (a) valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; (b) geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de produção e de

distribuição mais associativas; (c) revigoração dos significados de virtude humana e do próprio Estado, distanciado do racionalismo utilitarista; (d) utilização adequada dos recursos naturais e das habilidades humanas locais. A teoria ecossocioeconômica privilegia, pois, práticas diárias que ocorrem no mundo da empiria das organizações, sejam em grupos produtivos (não necessariamente para resultar ganhos econômicos), empresas, associações (cooperativas inclusive), comunidades, povoados, onde os problemas e as soluções acontecem e nem sempre são devidamente qualificados (SAMPAIO, 2010).

Dentre essas experiências é possível destacar ações que incorporam principalmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como, por exemplo, as experiências de turismo comunitário, solidário e sustentável; as experiências de economia social-solidária, e economia circular; as experiências de gestão de Unidades de Conservação; a permacultura; as *ecovillages*; a ecogastronomia; as tecnologias sociais; as tecnologias para adaptação e mitigação de mudanças climáticas; os produtos sustentáveis; e também a responsabilidade socioambiental no meio corporativo. Também são abarcados pelo escopo da ecossocioeconomia as propostas de mobilidade urbana sustentável, as *slowcities* (e demais desdobramentos do *slow movement*); as *transitions towns*; as estratégias de Bem Viver. As cidades, por meio de tais propostas e estratégias, demonstram a possibilidade de as urbanidades se constituírem, para além da complexidade determinada pelo capital, em laboratórios de alternativas de enfrentamento, resistências e negociações em arenas da vida e no campo social.

Uma perspectiva importante para a consolidação das ecossocioeconomias está nos aspectos políticos das relações e no estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento ecossocioeconômico dentro da arena política concernentes à efetiva participação da população nas decisões de suas vidas. Isso passa pelo planejamento participativo nas políticas públicas e nas noções de sustentabilidade originárias do debate ambientalista desde a década de 80 do século XX e que ainda continuam a dar forma aos estudos de governança e governabilidade nas esferas político-administrativas das cidades, caracterizadas por complexidades multiníveis e de diferentes dimensões.

## **2 IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA, GESTÃO E POSSIBILIDADES PARA A GOVERNANÇA MULTINÍVEL**

A necessidade de encontrar alternativas para a fragmentação e a setorialização da ação político-administrativa se demonstra premente nos países organizados politicamente com base no sistema federalista, como o Brasil. A falta

de equilíbrio entre capacidade de ação sociopolítica para influenciar na alocação de recursos para atender a diferentes segmentos da sociedade coloca em questão, em muitos casos, a própria possibilidade de convivência pacífica e democrática em contextos locais.

Considerando, por um lado, possibilidades teóricas de ação e, por outro, a capacidade de ação de atores sobre a realidade local, isso pode decorrer da limitação da capacidade político-administrativa de influenciar paritariamente estruturas institucionais de multiníveis para tratar das múltiplas dimensões que demandam políticas de desenvolvimento sustentável em contextos urbanos. Daí surgem grandes desafios sobre, por exemplo, como promover economias comunitárias a partir de arranjos socioprodutivos de base territorial inseridas na economia de mercado e, ainda, conservar suas dinâmicas próprias em contexto de desenvolvimento territorial sustentável. Como conceito promissor para abarcar as múltiplas dimensões que formam o complexo de relações de comunidades urbanas inseridas em sistemas de multiníveis de governança ganha força a perspectiva das ecosocioeconomias.

Nessa linha, para apreender e contrabalançar sensíveis valores sociais, econômicos e ambientais, que formam o complexo de relações sociopolíticas nas cidades, o estudo de arranjos de governança urbana (BORRAZ; GALÈS, 2010; VAN DEN DOOL et al. 2015) traz, por um lado, oportunidade promissora para compreender os reflexos da ampliação do número de sujeitos políticos e sociais envolvidos e com influências na gestão de cidades e, por outro, permite a agregação de conhecimentos ainda distribuídos desordenadamente nas comunidades científicas, na sociedade civil e nas comunidades locais e a inserção de tais conhecimentos como meios que podem contribuir para aperfeiçoar estratégias de atuação institucional em processos de formulação e implementação de políticas públicas e de planejamento urbano mais consonantes com os fundamentos das “ecosocioeconomias” (SACHS, 1986; 1993; 2007; ALBERTI, 2008; SACHS, 2008; KITCHEN; MARSDEN, 2011; DRAGOMIR; IONESCU; PÂNZARU, 2013; HU, 2014).

Isso ganha relevância quando se tem em conta as necessidades específicas de arranjos produtivos urbanos locais de base comunitária (TEISMAN; KLIJN, 2002; STOKER, 2011; SCHOBURGH; MARTIN; GATCHAIR, 2016), muitas vezes mais ajustados à lógica de um sistema de “governança sem o governo” (HOSLTI, 1992; RHODES, 1996; PETERS; PIERRE, 1998; STAME, 2004; REIDEL, 2015; LEHAVI, 2016) ou que transcendem o nível das relações locais para buscarem suporte institucional em estruturas de governança urbana de multinível (KEARNS; FORREST, 2000; KEARNS; PADDISON, 2000;

SELLERS, 2002; TRETTER, 2008). Nessa linha, é importante ressaltar na compreensão da governança multinível que transformações na natureza na localização da autoridade e nas noções de legitimidade e conformidade, ocorridas em regimes democráticos, alteraram significativamente o que as sociedades contemporâneas consideram como estruturas adequadas para o exercício adequado de funções públicas.

Essa reconfiguração da autoridade sociopolítica está a exigir profundos reexames sobre qual seria e o que faria sentido continuar a ser mantido como papel de arranjos de governança globais, de governos nacionais e de arranjos de governança regionais e locais, bem como sobre os sistemas gerenciais responsáveis pela implementação de políticas públicas com base na articulação com diferentes atores governamentais e não governamentais. Como frutos dos reexames e revalorizações surgem, por exemplo, os esforços a partir de contextos urbanos para fomentar práticas ecossocioeconômicas com potencial de reduzir as pressões sobre o aquecimento global, a utilização de recursos naturais não renováveis, para fomentar o consumo consciente e utilização de “tecnologias adequadas”.

Com fins de abarcar unidades de análise com a consistência e a profundidade que esses complexos arranjos institucionais se configuram, surge o conceito de governança multinível como forma de conectar experiências locais a processos mais amplos para sua potencialização e difusão. Esse conceito tem demonstrado promissor não só para lidar com as novas condições da globalização, mas como conceito essencial para identificar e compreender os papéis de organizações e atores não tradicionais envolvidos em esferas de autoridade pública e privada em processos de governança que se formam a partir de contextos locais.

Em termos práticos, a aplicabilidade da abordagem de governança multinível pode ser observada em, por exemplo, para entender as motivações para a definição de problemas envolvendo complexos processos relacionados à gestão da água em nível global ou local (GUPTA; PAHL-WOSTL, 2013) e para reduzir incertezas políticas e auxiliar organizações de incorporarem em estruturas de governança que informem, estruturam e facilitem o planejamento, a ação e o desenvolvimento estratégico em redes formais e informais com influências em processos de tomada de decisão sobre questões climáticas (BATES et al., 2013).

Em termos de pesquisa empírica, a abordagem da governança multinível permitiria portanto: explicações sobre a natureza e localização do poder e a necessidade de teorizar explicitamente como atores interagem e o poder é

estruturado em arranjos de governança; compreender a distribuição dos recursos financeiros, informacionais, políticos, organizacionais e constitucional-legal, e as habilidades com que os atores os utilizam no processo de tomada de decisão e na obtenção de resultados com a implementação; teorizar explícita sobre as relações entre atores, arranjos de governança e contexto social (por exemplo, regras formais, regras dos jogos, tipos de rede) e investigar formas menos tangíveis de poder, relacionando-as à dinâmica dos arranjos de governança no contexto (BAGAYOKO, 2012, p. 21).

### 3 CONTEXTO RELACIONAL DAS EXPERIÊNCIAS

Nas três subseções que seguem são apresentadas e discutidas as experiências de ecosocioeconomia das feiras urbanas do sul, do turismo de base comunitária do nordeste e do norte.

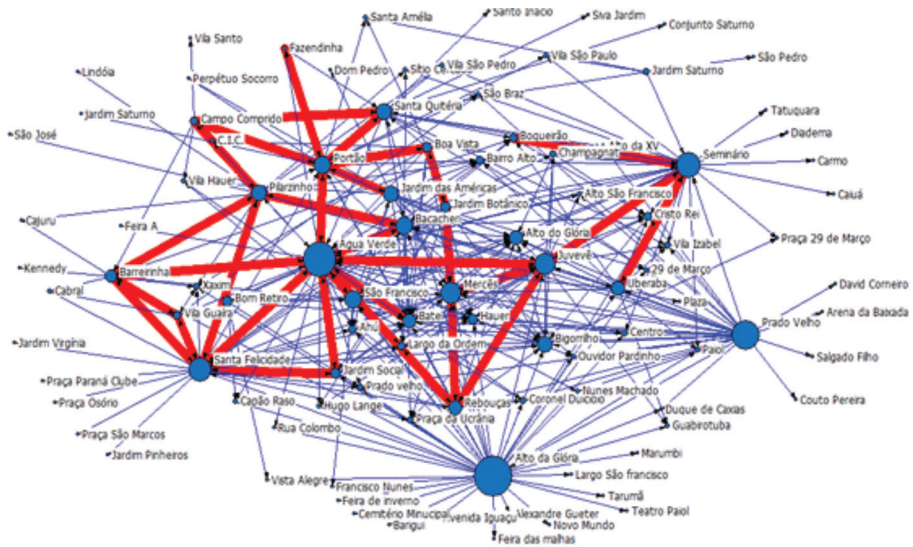
#### 3.1 AS FEIRAS LIVRES URBANAS DE CURITIBA

As feiras livres urbanas são formações sociais de trocas de mercadorias que existem em diversas sociedades. Com origem nos espaços de trocas coletivas e de encontros, essas feiras vêm resistindo ao surgimento de supermercados e das compras pela internet. São locais de interação e sociabilidade, ao mesmo tempo que constituem exemplo de um sistema produtivo complexo, que mantém a presença de pequenos produtores e comerciantes (SILVA, 2018). Em Curitiba, Brasil, as feiras livres são realizadas em ruas e praças, de terça a domingo, das 7h às 11h30min, em 41 pontos da cidade. Essas feiras geram um montante de comercialização próximo de 900 toneladas de alimentos por semestre (CURITIBA, 2016).

Essas feiras são geridas pela municipalidade mediante concessão para que feirantes instalem seus pontos de venda em diferentes espaços urbanos destinados para tal atividade. Essa política, ao mesmo tempo em que permite que as feiras urbanas livres ofereçam um variado *mix* de produtos, acaba por formar um contexto de sociabilidade e de troca de conhecimentos e experiências entre os feirantes, que trabalham de forma itinerante pela cidade e Região Metropolitana de Curitiba. Esse contexto de sociabilidade pode ser verificado na rede representada pela Figura 1.



Figura 1 - Rede de diferentes espaços utilizados pelos feirantes em Curitiba



Fonte: Procopiuck *et al* (2017)

Com vistas a evitar a poluição visual da Figura 1 foi delimitado o número máximo de 10 relações representadas por um único enlace de reciprocidade, ou seja, a representação a existência de, pelo menos, dez feirantes que compartilham espaços comuns na cidade para exercerem suas atividades. Nessa rede, o diâmetro de todos os círculos é proporcional ao número de feirantes que partem ou apontam para determinada feira. O número real de relações contempladas por cada um dos principais enlaces da figura acima estão são explicitados na Tabela 1, que representa com maior precisão a intensidade das principais relações mapeadas em tal figura. Nessa tabela, o total das linhas representa o número de feirantes que partem da feira identificada na primeira coluna e participar de outras feiras. Os totais apresentados na última linha da tabela expressam o número de participantes que também atuam em outras feiras.

Na Tabela 1 estão apresentadas as 100 feiras situadas em Curitiba e Região Metropolitana, nas quais atuam os 334 feirantes participantes da pesquisa. Do total de entrevistados, 70% residem em Curitiba e o restante em outros 12 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. As feiras urbanas de Curitiba se configuram, portanto, como pontos de convergência de diferentes estilos de vida, que vão desde o rural, que é ainda bastante presente em vários municípios da Região Metropolitana, até totalmente urbanizado de Curitiba.



Tabela 1 - Número de relações entre feiras em Curitiba

	Água Verde	AltodoGlória	Bacacheri	Ahú	Batel	Mercês	Prado Velho	Bigorrrilho	LargodaOrdem	Juvevê	Cristo Rei	Rebouças	Santa Felicidade	Coronel Dulcídio	Hauer	Seminário	Barreirinha	Portão	Pilarzinho	OuvidorPardinho	Santa Quitéria	Boqueirão	Nunes Machado	Rua Colombo	Uberaba	Xaxim	Outras 74 feiras	Total	%
Alto da Glória	12	-	6	17	6	11	16	2	12	4	-	7	6	7	1	1	3	1	-	4	3	-	6	5	1	1	30	102	21%
Água Verde	13	15	1	9	3	-	3	-	1	3	-	1	1	5	3	-	4	2	8	6	-	1	5	-	-	-	21	105	14%
Prado Velho	7	9	3	4	2	1	1	2	1	3	3	5	-	4	3	5	-	-	1	2	-	4	2	2	-	20	82	11%	
Seminário	3	1	22	-	-	1	-	2	-	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	6	-	-	17	63	8%
Santa Felicidade	4	4	-	1	1	-	1	1	3	-	-	2	1	-	-	-	4	1	1	-	-	2	-	-	-	2	12	40	5%
Jardim das Américas	3	1	-	1	5	3	-	5	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	13	35	5%
Rebouças	5	2	-	6	4	3	2	2	-	3	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	32	4%
Juvevê	5	1	2	-	1	1	-	1	1	2	3	1	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	28	4%	
Mercês	1	3	-	1	1	-	-	2	-	1	1	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	20	3%	
Uberaba	1	1	2	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	4	-	-	-	6	20	3%	
Pilarzinho	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	13	19	2%
Barreirinha	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	7	18	2%	
Portão	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	11	18	2%	
São Francisco	3	1	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	18	2%	
Santa Quitéria	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	1	-	-	-	10	17	2%	
JardimBoiânico	1	-	-	-	2	1	-	2	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	15	2%	
Bacacheri	2	1	-	-	2	-	-	1	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	14	2%	
Boa Vista	2	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	1	3	14	2%	
Jardim Social	2	1	-	-	2	2	-	3	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2%	
Outras 9 feiras	3	2	2	-	2	-	1	-	-	-	2	-	1	-	3	3	2	3	2	-	3	1	-	-	2	12	44	6%	
Total	70	42	42	40	35	28	24	23	21	20	19	19	18	18	18	16	15	15	14	13	12	11	11	10	10	10	202	777	100%
%	9	5	5	5	5	4	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	26	100	

Como fenômeno social emergente das atividades ecossocioeconômicas, a origem na rede representada pela Figura 1 e detalhada na Tabela 1 é explicada pelo fato de 83% dos feirantes atuarem em mais de um espaço destinado à realização de feiras na cidade. Os enlaces destacados em vermelho indicam que há reciprocidade entre as feiras, ou seja, há feirantes que atuam em ambas as feiras conectadas na rede. Em termos práticos, essas relações mapeadas expressam a intensidade e a amplitude relacional existente entre os feirantes que atuam em diferentes feiras.

A rede representada na Figura 1 se aproxima do que Klijn (1999, p. 30) chama de conjuntos de agrupamentos em torno de conjuntos de ações nas quais agentes tentam atingir interativamente objetivos a partir de propósitos concreto, intercambiados recursos e almejando a obtenção de resultados estratégicos individuais e, ao mesmo tempo, comuns aos participantes.

Considerar ações concretas para avaliação da ação social, de acordo com Touraine (1969), é importante porque tais ações existem se estiverem dirigidas para certos objetivos e orientações coletivas concretas. Não basta, portanto, que sejam tratadas somente em termos de intenções individuais, uma vez que, por decorrerem de processos essencialmente coletivos, são sustentadas por sistemas de relações capazes de criar e atribuir sentidos à sociedade por meio de sistemas simbólicos, que ganham corpo assentes em realizações de pessoas que convivem em determinada comunidade.

Além disso, a rede representada na Figura 1 expressa, por um lado, o caráter itinerante da atividade dos feirantes de Curitiba e, por outro, que, em tal configuração, pela interatividade propiciada pela probabilidade de contatos entre feirantes em diferentes territórios da cidade, pode se considerar que se configura em arranjo socioprodutivo pautado em relações de sociabilidade fundadas em atividades de comércio itinerante.

### 3.2 CABULA: BASE DE CONTEXTOS

O Cabula é uma região da cidade do Salvador com origem em comunidades quilombolas antigas<sup>2</sup>. A região apresentou contexto geográfico favorável para a presença de grupos de etnia indígena, povos africanos e afro-brasileiros, sejam vales, rios, morros, bacias hidrográficas, pântanos, vegetação de Mata Atlântica. Estes ambientes “serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana relativamente autônoma, e semiclandestina” (REIS, 2003, p. 70).

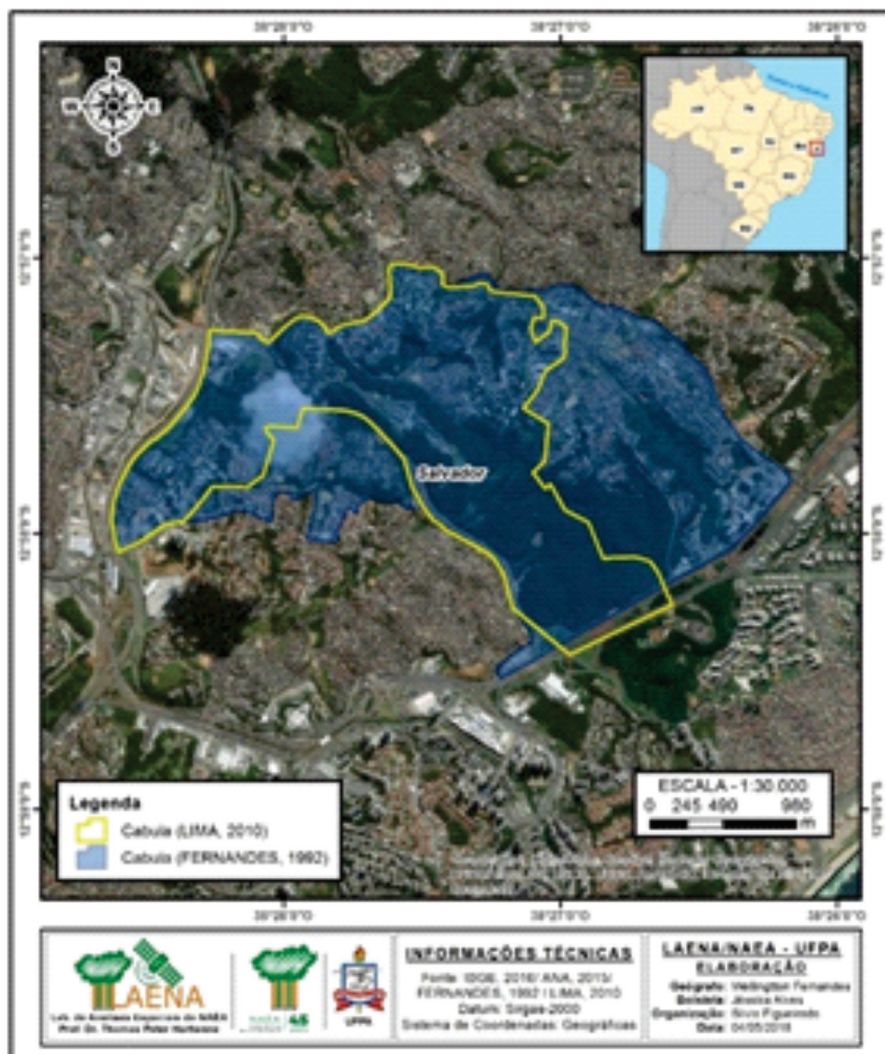
Na contemporaneidade, inexistiu um espaço com a presença desses grupos no Cabula. Até por que, com o desmonte dos quilombos, no caso o do Cabula, em 1807, foram surgindo chácaras e fazendas, onde a terra fértil fez surgir o plantio, por exemplo, de laranjais. Em meados da década de 1940 e primeiros anos de 1950, uma praga assolou os laranjais, demarcando o início de degradação do meio ambiente. Assim, a paisagem foi se modificando paulatinamente ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e nas primeiras do século XXI.

Cabula (Figura 2) é uma comunidade urbana formada por 17 bairros com aproximadamente 500 mil habitantes. Conhecido como antigo quilombo Cabula, enfrenta desafios provenientes majoritariamente do processo de especulação imobiliária por meio de investimentos em criação de infraestrutura de acesso e mobilização no espaço urbano.

---

<sup>2</sup> A localidade do antigo quilombo foi demarcada em contexto de roda de conversa com as comunidades de bairros populares circunvizinhos à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, realizada pela equipe do projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula – TBC Cabula. O projeto é desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Mantém parcerias com instituições de ensino básico, médio e superior, das redes municipais, estaduais e federais, locais, nacionais e internacionais; de representações das comunidades do Antigo Quilombo Cabula; e de pessoas físicas e jurídicas.

Figura 2 - Localização da região do Cabula em Salvador



Fonte: Laena, 2018.

Fora isto, a precariedade e falta de saneamento básico e moradia, tem levado a invasão e ocupação de espaços em áreas verdes de forma desordenada e predatória causando problemas ambientais como desmatamento do que resta de Mata Atlântica nas áreas do 19º Batalhão de Caçadores – 19º BC, e no Horto do Cabula. Também o descarte incorreto de resíduos sólidos tem ocasionado a proliferação de doenças e mal-estar social.

Essas mazelas socioambientais afetam as práticas culturais dos terreiros de candomblé, que necessitam de água, folhas, árvores para os seus rituais religiosos. Os rios que corriam pelas terras do Cabula, usados para essas práticas, o lazer, higiene e fonte de alimentação e saúde, foram aterrados. Os que ainda resistem aos maus tratos humanos, estão poluídos.

Esses problemas geram mobilização popular visando a minimização e ou eliminação das fragilidades que afetam as comunidades dos dezessete bairros. A exemplo tem-se iniciativas como a do Projeto Cidadão; do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura; da organização não-governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania (PNPC); do Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru; grupos culturais como Arte Consciente, associações culturais, de moradores e amigos do bairro; coletivos; terreiros de candomblé entre outros movimentos.

A comunidade atual do bairro, herdeira do antigo quilombo, tem o conhecimento espontâneo de si. Mas a articulação consciente em função de uma organização planejada de ação de empoderamento e ação consciente de preservação, valorização e sustentabilidade, inclusive econômica, é incipiente e demanda ação educacional, que pode ser suprida paulatinamente pela equipe do projeto de Turismo de Base Comunitária (TBC), em parceria com a universitária da comunidade.

De fato, a integração da economia com os aspectos culturais, assim como com o patrimônio ambiental, fizeram perceber que era uma opção para as comunidades envolvidas pensar em realizar o TBC.

O Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e entorno (TBC Cabula) é resultado do trabalho de uma equipe multi e interdisciplinar, desenvolvido a partir de 2010, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, que visa potencializar o desenvolvimento local e sustentável das comunidades do Antigo Quilombo Cabula (compreendendo 17 bairros próximos à UNEB), buscando alternativas a partir do turismo de base comunitária e das ecosocioeconomias.

Os bairros contemplados pelo projeto são: Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do

Retiro, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambués, Resgate, Saboeiro, Saramandaia, São Gonçalo do Retiro e Sussuarana. A partir de metodologia participativa, com uso amplo de pesquisa-ação, na praxiologia e em pesquisa de desenvolvimento (DBR), o projeto de TBC no Cabula funciona como formação e auto-gestão de redes sociais cooperadas e colaborativas, principalmente desses bairros populares. Dessa forma, são construídas coletivamente soluções criativas e inovadoras, valorizando o patrimônio material e imaterial, além de produzir conhecimento e tecnologias sociais referenciadas nos saberes e práticas de etnias indígenas, afro-brasileiros e de origens africana. O projeto inclui de igual importância as experiências de convivência e hospitalidade (SILVA; SILVA, 2012).

O projeto TBC no Cabula se estrutura a partir de 14 Eixos Temáticos, dos quais participam voluntários; moradores das comunidades dos bairros; técnicos da UNEB<sup>3</sup>; estudantes de ensino médio e superior; professores e pesquisadores dos cursos de graduação em Turismo e outros; alunos dos programas de pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional - PGDR, em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc e Difusão do Conhecimento – DMMDC, que participam do grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Dentre suas atividades, a equipe do SSEETU, por meio do projeto TBC Cabula, realiza anualmente, desde 2011 o Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), tendo como sede a UNEB ou espaços das escolas parceiras. Nestes encontros há participação da artesãos dos 17 bairros circunvizinhos da UNEB pelo Coletivo Cultarte, e são realizados roteiros organizados pelos moradores no final de semana. Afora estas produções, estão disponíveis materiais que podem ser utilizados como recurso didático para conhecimento sobre a história do Cabula e na formação de crianças, jovens e adultos para o TBC, como o Museu Virtual do Quilombo Cabula, site do ETBCES, Radio Web Juventude, Jogo RPG, portal do TBC Cabula, Museu Digital do Terreiro Tumbenci etc. (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

### 3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DO PARÁ

O estado do Pará tem sido um dos estados da Amazônia brasileira em que o turismo protagonizou alguns planos e programas específicos. Desde a fundação (na década de 70 do século passado) da Paratur (Cia Paraense de Turismo), empresa de economia mista, até a criação da Secretaria de Turismo, em

<sup>3</sup> Principalmente da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária – ITCP/COAPPES/UNEB.



2011, o Estado apresentou diversos planos muitas vezes elaborados por empresas de consultoria. Um dos maiores estados da federação, possui 1.248.042,515 km<sup>2</sup> em regiões bem distintas, como o Oeste do Pará, o Sul e Sudeste do Pará, a Ilha de Marajó, a região da costa Atlântica (Salgado), e a região metropolitana. Sua população é estimada, em dados do IBGE para 2018, em 8.513.497 habitantes. Com o IDH de 0,646, é um dos estados mais desiguais, inclusive com municípios de baixíssimo IDH, muito embora tenha atividades econômicas de grande monta, como a soja e a extração de minérios.

As atividades econômicas representadas por grandes projetos desenvolvimentistas, caracterizados principalmente pelo extrativismo de minério, aliado a construção de grandes obras infraestruturais, como estradas e hidrelétricas, além a recente entrada da monocultura da soja vivem em constante embate com as formas de vida baseadas nas práticas socioculturais das populações tradicionais da Amazônia: ribeirinhos, quilombolas, indígenas (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015).

O turismo aparece como alternativa inicialmente para as empresas do setor, dentro de um discurso de sustentabilidade da região, como atividade menos impactante tanto para a natureza quanto para as formas socioculturais das populações locais. No entanto, esse modelo não tem se sustentado inclusive economicamente, uma vez que os fluxos nacionais e internacionais não chegam a representar um incentivo ao desenvolvimento da atividade. Os altos preços das passagens aéreas e da hotelaria tradicional funcionam como barreira para que a potencialidade indicada nos diversos planos de turismo para o estado não se consolide.

O turismo de base comunitária vem aparecendo na Região Amazônica e no estado do Pará como efetiva alternativa. Nesse sentido, diversas iniciativas foram implementadas pelas comunidades, ou por ONG que assumiram o papel de articuladoras dessas práticas. O papel das Instituições de Ensino Superior também é fundamental, e demonstra a possibilidade de articulação das populações com outras instituições, que passam a ser assessoradas no desenvolvimento dos seus projetos.

A iniciativa mais antiga foi desenvolvida na Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), em Belterra, município do estado nas margens do rio Tapajós. A flona é uma unidade de conservação de uso sustentável criada em 1974 com uma área de cerca de 600.000 ha. As comunidades da Flona desenvolvem manejo florestal para produção de madeira industrial, recursos florestais não madeireiros, como o couro vegetal, produção de artesanato, e ecoturismo, organizado e operado pelas comunidades onde a Flona se localiza (ao todo 28 comunidades). As comunidades de Maguari, Jamaraquá, Tauari, Pini, Prainha, Paraíso e Itapuama desenvolvem o ecoturismo associado com outras atividades.



Na comunidade de Jamaraquá, ainda se produz couro vegetal e artesanato de sementes que vendem no próprio local, aos turistas. Alguns comunitários oferecem alimentação nas suas e realizam visitas monitoradas, treinados em curso de formação de monitoramento e condução de grupos. Na comunidade de Prainha, produziram-se artesanato em madeira, bancos e brinquedos, criados a partir de troncos das árvores caídas.

É possível identificar ainda outras iniciativas em franco desenvolvimento na mesma região, como as atividades na Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns, na Ilha de Marajó, em Mosqueiro e Cotijuba (Ilhas do município de Belém).

A presença de instituições, e a associação a redes de TBC, como a Turisol, impulsionaram ainda mais a atividade e o Quadro 1 apresenta um resumo dessas diversas iniciativas no estado do Pará, a partir dos anos 2000.

Quadro 1 - Iniciativas de turismo de base comunitária no estado do Pará

INICIATIVAS	OBJETIVO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	GESTÃO	LOCAL
Praia do Pesqueiro, Ilha do Marajó	Primeira reserva extrativista marinha do Pará, em sua área predominam os manguezais. Especialização para aproveitamento do fluxo de turistas nas praias do Marajó para integrá-los ao dia a dia dos ribeirinhos. Oportunidades como empregos, fortalecimento das formas culturais, práticas culinárias, tradições e rituais, e financiamentos para proteção de áreas naturais.	Passeios na Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Soure. Pesca artesanal, passeios de igarapé, andar em búfalos, cultura local praiana e gastronomia. Hospedagem em casas dos pescadores.	Associação das Mulheres do Pesqueiro – Asmupesq. Apoio e incentivo do ICMBio. Parceria com a agência Turismo Consciente, de São Paulo	Soure, PA
Quilombos África e Laranjituba	Promover o desenvolvimento e participação das comunidades, com geração de renda.	Visita às comunidades, trilha pela floresta, banhos de igarapé, roda de conversa e almoço.	Associação de moradores.	Moju, PA

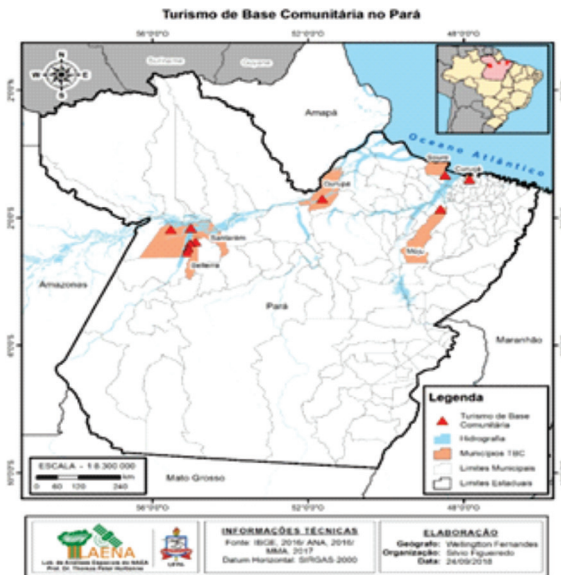
<p>Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns (Comunidade de Anã) e Assentamento Extrativista Gleba Lago Grande (Comunidades de Vila Amazonas, Atodí e Arimum).</p>	<p>Aumentar a renda gerada e o número das comunidades participantes. Consolidar o ecoturismo com mobilização, planejamento, organização e qualificação.</p>	<p>Roteiros turísticos de 5, 8 a 15 dias. Hospedagem em barcos ou nas casas dos moradores. Atividades nas comunidades, cultura ribeirinha cabocla, remanescente de quilombolas e comunidades indígenas. Pousada comunitária. Outras atividades: Apicultura, artesanato, horta e viveiro de mudas.</p>	<p>Projeto Saúde e Alegria atuando em 100 famílias ribeirinhas. Amazônia Ribeirinha (Projeto Bagagem). Programa de ecoturismo: administrado inteiramente pelos comunitários, através da cooperativa Turiarte – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta. Participa da Rede Turisol. E do projeto Bagagem. Parceria com agência de viagem “Ambiental Expedições” e ONGs.</p>	<p>Santarém, PA</p>
<p>Floresta Nacional do Tapajós (FLONA Tapajós). (Comunidades de Maguari, Jamaráquá, Pedreira, Piquiatuba e Tauari).</p>	<p>Preservação da Floresta Nacional, manejo dos recursos naturais. Participação das comunidades.</p>	<p>Passeios no Igarapé de Jamaráquá, Visita à samauma milenar e a ponta do Maguari. Visita às atividades de conservação, artesanato.</p>	<p>Amazônia Ribeirinha (Projeto Bagagem+ Saúde e Alegria). Agências locais de turismo.</p>	<p>Santarém e Belterra, PA</p>
<p>Gurupá Terra das Águas</p>	<p>Projetos de manejo florestal do açaí e educação no campo.</p>	<p>Roteiro Gurupá Terra das Águas. Artesanato.</p>	<p>Instituto Gurupá e Casa Familiar Rural de Gurupá. Movimentos sociais.</p>	<p>Gurupá, PA</p>

TBC Curuçá	Promover o Ecoturismo de Base Comunitária na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, resgatar e valorizar a cultura, a história e a conservação do meio ambiente.	Almoço nas praias, nas barracas de pesca, visita às casas de farinha. Visita à base científica da Ilha de Ipomonga. Danças e cultura regional (Carimbó). Hospedagem nas casas dos comunitários.	Instituto Peabiru Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá. Instituto Tapiaim. Incentivo do Mtur (Edital). Parcerias com duas agências: Estação Gabiraba de Belém e o Turismo Consciente de São Paulo.	Curuçá, PA
------------	--	---	---	------------

Fonte: Elaboração própria a partir de estudos referenciados e sites das iniciativas (2018).

Algumas outras iniciativas são desenvolvidas de forma esporádica ou ainda com regularidade, dependentes de eventos ou do público da capital do estado, Belém. A atividade na Ilha de Cotijuba por exemplo é organizada pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), uma organização feminina que pretende contribuir para o empoderamento das mulheres da área insular da capital. Outra iniciativa apresentou um roteiro pelos terreiros históricos de Belém, com visitação ao Terreiro de Mina Morada de Oxossi e ao Terreiro Ile Iya Omi Axé Ofa Kare, organizado por esses dois terreiros em associação.

Figura 3 - O turismo de base comunitária no Pará



Fonte: Laena, 2018, a partir de Figueiredo, 2018.

O TBC no estado do Pará indica ainda a necessidade de melhor organização e de perenidade. Algumas das iniciativas apresentadas passam por dificuldades. Uma parte dessas experiências dependem ainda de operadores do turismo tradicional, outras seguem realizando visitas de acordo com as demandas. Dessa forma é possível identificar que, mesmo com alguns problemas, o TBC vem se transformando em uma alternativa concreta para essas populações, que no cenário atual brasileiro, estão muito ameaçadas nas suas formas de vida comunitária.

## CONSIDERAÇÕES

A interconexão entre diversos dispositivos e dos casos apresentados configura a importância de compreender as ecosocioeconomias mormente frente à crise socioeconômica que tem dominado a América Latina se manifestado de diversas formas. Uma das mais significativas é a sistemática expansão dos setores invisíveis durante os últimos anos, principalmente nos países com altos índices de desemprego. O contingente da população ativa que se ocupa com trabalho não assalariado é de tal magnitude que não mais faz sentido considerá-los com setor residual da sociedade (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 2012, p. 66). [...] os trabalhadores desempregados e suas famílias acabam gerando formas alternativas de organizações produtivas, e de trabalho em geral, criando uma diversidade extraordinária de estratégias de sobrevivência” (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 2012, p. 67).

Um projeto que vise criar sociedades justas e mais participativas na América Latina precisa incluir a análise do significado histórico das diferentes formas de trabalho geradas no mundo invisível, sejam elas organizadas em bases individuais ou sociais. Apesar de estas organizações possuírem um caráter embrionário, é necessário investigar e verificar se representam, genuinamente, formas alternativas pertinentes a um novo estilo de desenvolvimento. Tal análise obriga a detectar as múltiplas racionalidades existentes nessas organizações. Mas, se a investigação teórica deve ser transformada em mudança política, também é necessário identificar aqueles novos protagonistas sociais que emergem do mundo invisível e constituem agentes potenciais de mudança. Um estudo abrangente tanto da racionalidade quanto dos atores sociais ajudaria a viabilizar novas formas de organização, capazes de mudar a realidade social (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 2012, p. 69-70).

Ressalta-se que uma experiência digna a ser denominada por Ecosocioeconomias deve apresentar por um lado tanto resultados como impactos que beneficiam o território como um todo, sem privilegiar apenas as

pessoas e organizações que compõem o arranjo instituído. Por outro lado, a dinâmica que desencadeia as ações que resultam e impactam territórios, isto é, a gênese processual que compreende as intencionalidades e racionalidades dos acordos estabelecidos é tão ou mais importante quanto seus próprios efeitos. Pois, ainda que se possam enumerar experiências malsucedidas, os aprendizados dessas podem levar a novas iniciativas, posteriormente mais engenhosas no plano tanto político como socioprodutivo.

Por fim, as experiências de ecossocioeconomias constituem-se em um conjunto de esforços que se justificam por combater o mau desenvolvimento, isto é: o bem-viver de alguns não deve ser à custa do mal-viver de outros.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, M. **Advances in urban ecology**: integrating humans and ecological process in urban ecosystems. New York: Springer, 2008.

BAGAYOKO, N. Multilevel Governance and Security: Security Sector Reform in the Central African Republic. **IDS Bulletin**, v.43, n.4. p.20-34. 2012.

BATES, L. E.; GREEN, M.; LEONARD, R.; WALKER, I. The Influence of Forums and Multilevel Governance on the Climate Adaptation Practices of Australian Organizations **Ecology and Society**, v.18, n.4. 2013.

BECK, U. **The brave new world of work**. Polity Pres: Cambridge, 2000. 208 p.

ORRAZ, O.; GALÈS, P. Le. Urban governance in europe: the government of what? **Métropoles**. p.2-12. 2010.

CURITIBA. **Feiras Orgânicas**: Secretaria Municipal de Abastecimento, 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/feiras-historico-feiras-livres/244>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

DRAGOMIR, C. C.; IONESCU, E.; PÂNZARU, S. Economic sustainable development and eco-development. **Review of General Management**, v. 18, n. 2, p. 58-67, 2013.

FIGUEIREDO, S. L. **Turismo de base comunitária na Amazônia**. Rota do conhecimento e do encontro cultural. Belém, NAEA/UFGA, 2018, mimeo.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, W. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M (Orgs). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11 – 37.

- GIDDENS, A **The politics of climate change**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- GUPTA, J.; PAHL-WOSTL, C. Global water governance in the context of global and multilevel governance: its need, form, and challenges. **Ecology and Society**, v. 18, n. 4, 2013.
- HOSLTI, K. J. Governance without government: polyarchy in nineteenth-century European international politics. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Org.). **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 30-57.
- HU, A. **China: innovative green development**. New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2014.
- KAPP, K. W. **The social costs of business enterprise**. Nottingham: Spokesman Books, 1963. 343 p.
- KEARNS, A.; FORREST, R. Social Cohesion and Multilevel Urban Governance. **Urban Studies**, v.37, n.5-6, May 1, 2000. p.995-1017. 2000.
- KEARNS, A.; PADDISON, R. New Challenges for Urban Governance. **Urban Studies**, v. 37, n.5-6, p. 845-850, May, 2000.
- KITCHEN, L.; MARSDEN, T. Constructing sustainable communities: a theoretical exploration of the bio-economy and eco-economy paradigms. **Local Environment**, v.16, n.8, p.753-769. 2011.
- KLIJN, E. H. Policy networks and Network management: a state of the art. In: WALTER, J. M. K.; ERIK-HANS, K.; JOHANNES, F. M. K. (Org.). **Managing Complex Networks**. Strategies for the Public Sector. London: Sage Publications, 1999. p. 15-34.
- LEHAVI, A. (Org.). **Private Communities and Urban Governance: Theoretical and Comparative Perspectives**: Springer International Publishing, 2016. 261 p.
- MATTA, A. E. R.; SILVA, F. de P. S.; BOAVENTURA, E. M. Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 23, n. 42. p.23-36, 2014.
- MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desenvolvimento e necessidades humanas. In: MANFRED, M. N. (Org.). **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores**. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 26-57.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. Governance without government? Rethinking public administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 8, n. 2, p. 223-243, 1998.

PROCOPIUCK, M.; SAMPAIO, C. A. C.; FREDER, S. M.; ROSA, A. Feiras urbanas livres em Curitiba: análise sob a perspectiva da ecossocioeconomia. In: Simposio Internacional: Espacios en movimiento el pasado y el futuro de las estructuras urbanas y rurales.

VARSOVIA: Departamento de Geografía del Desarrollo y Planeación Espacial de la Facultad de Geografía y Estudios Regionales de la Universidad de Varsovia, 2017.

REIDEL, L. Beyond a state-centric perspective on norm change: a multilevel governance analysis of the retreat from multiculturalism. Case study. **Global Governance**, v. 21, 2015.

REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 680 p.

RHODES, R. A. W. The New Governance: Governing without Government1. **Political Studies**, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para o século XXI**: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e Fundap, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986. 208 p.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010. 128 p.

SCHOBURGH, E. D.; MARTIN, J.; GATCHAIR, S. **Developmental local governance**: a critical discourse in 'alternative development'. London: Palgrave Macmillan, 2016. 260 p.

SELLERS, J. M. The Nation-State and Urban Governance: Toward Multilevel Analysis. **Urban Affairs Review**, v. 37, n. 5, p. 611-641, 2002.



SILVA, A. C. S. **Memórias, resistência:** práticas e interações sociais no Bairro da Terra Firme, em Belém-PA. 2018. 303f. (Tese). Orientador: Silvio Jose Lima Figueiredo. Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, F. de P. S.; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2. p. 79-92, 2016.

SILVA, F. de P. S.; SILVA, N. S. C. **Cartilha (In)formativa sobre Turismo de Base Comunitária, o ABC do TBC.** Salvador: EDUNEB, 2012.

STAME, N. **Governance Without Government:** New Forms of Governance in the Knowledge Economy and Society: An International Agenda Setting Conference Cardiff Business School, Cardiff, Wales; 11-13 May 2005. *Organization*, v.11, n. 5, 2004

STOKER, G. Was local governance such a good idea? A global comparative perspective. **Public Administration**, v. 89, n. 1, p. 15-31, 2011.

TEISMAN, G. R.; KLIJN, E. H. Partnership arrangements: governmental rhetoric or governance scheme? **Public Administration Review**, v. 62, n. 2, p. 197-205, 2002.

TOURAINÉ, A. **Sociologia de la acción.** Barcelona: Ediciones Ariel, 1969. 487p.

TRETTER, E. M. Scales, regimes, and the urban governance of Glasgow. **Journal of Urban Affairs**, v. 30, n. 1, p. 87-102, 2008.

VAN DEN DOOL, L.; HENDRIKS, F.; GIANOLI, A.; SCHAAP, L. **The quest for good urban governance:** theoretical reflections and international practices. Wiesbaden: Springer, 2015. 252 p.

Texto submetido à Revista em 15.11.2017  
Aceito para publicação em 20.06.2018